

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Outubro de 2023 - Nº 840

MINISTÉRIO ATENDE PEDIDO DE SINDICATOS E ALTERA PORTARIA 38



Saiu na edição do Diário Oficial da União da segunda-feira (25) a alteração da **Portaria 38**, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal. Se antes a portaria reconhecia apenas os comunicados de acidente do trabalho (CATs) emitidos pelo empregador, nos casos de perícia documental para dispensa, agora a normativa amplia a possibilidade de emissão do comunicado, sem a distinção de autoria.

“Essa mudança é uma conquista do movimento sindical bancário, porque foi um pedido da categoria, atendido pelo Ministério da Previdência Social e pelo INSS”, explica o secretário de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Mauro Salles.

No dia 23, representantes da Contraf-CUT e de sindicatos de bancários se reuniram, em Brasília, com o ministro da Previdência, Carlos Lupi. “Nós entregamos um ofício sobre esta questão, que afeta a categoria bancária. E, na ocasião, Lupi assumiu o compromisso de revisar trechos da Portaria 38, que condicionava a possibilidade de concessão de auxílio-doença de natureza acidentária por análise documental, sem necessidade de perícia, à emissão do CAT somente pelo empregador”, conta Salles.

O secretário de Saúde da Contraf-CUT destaca que, antes desta alteração, a redação da Portaria 38 “contrariava a legislação, por permitir que somente o empregador emitisse a CAT para procedimentos de caracterização donexo causal entre a doença e o trabalho”. “Isso levou a muitos problemas no processo pericial do INSS, nos últimos anos. Então, fomos até o ministro e protocolamos o documento com os pontos elencados e sugerindo a solução. Na conversa, foi reconhecido o erro da portaria, que terminou sendo ajustada. Uma vitória da luta dos trabalhadores, por direitos, e respeito pela representação sindical dos bancários”, completa.

MANTENHA-SE INFORMADO
www.bancariosprudente.org.br

SEMINÁRIO REFORÇA IMPORTÂNCIA DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE PROMOVA JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL



O Dieese, o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, e o Instituto Justiça Fiscal promoveram, na quinta-feira, 28, o Seminário Reforma Tributária para um Brasil socialmente justo: desenvolvimento, políticas sociais, emprego decente e distribuição de renda.

Os palestrantes lembraram que uma reforma tributária justa deve levar em conta que, atualmente, trabalhadores assalariados pagam impostos enquanto os mais ricos do país estão isentos em seus lucros e dividendos. Além disso, é preciso engajar a sociedade nas discussões sobre este tema, que afeta a vida de todas e todos.

“Um dos papéis deste debate é fazer com que a militância e a população compreendam o que estamos falando. Precisamos traduzir este tema complexo, para mostrar o que está em jogo. Precisamos mobilizar os trabalhadores, mas eles somente vão se mobilizar se entenderem o quanto este tema é importante para suas vidas. É preciso entender que a arrecadação é necessária e que, para o trabalhador pagar menos, é necessário cobrar dos super-ricos, que não pagam nada”, afirmou Juvandira Moreira, presidente da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT.

Para o economista Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp, “o ponto central da reforma é a renda. Essa é a grande questão que precisa estar na reforma. Hoje, o capital é beneficiado e o trabalho paga uma grande

carga tributária”, avaliou.

Os participantes do Seminário reforçaram que o sistema tributário contribui para a desigualdade no Brasil e para uma semiestagnação econômica que perdura por décadas. Entre as propostas para se evitar a continuidade desta injustiça, estão acabar com a isenção dos dividendos, combater efetivamente a sonegação, isentar rendas de até R\$ 5 mil reais e criar alíquotas maiores para altas rendas.

ESPORTE



Paulo César Soares, Zé Novo e Luquinha

Premiação da Final do 22º Campeonato Sênior.

Campeão: SÃO PAULO JD. ELDORADO
**Vice Campeão: SÃO PAULO FC/
TABACARIA NINE-MILE/RAUZE IMOB.**

ERRO DA CAIXA PREJUDICA EMPREGADOS NO “CONQUISTE”

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal quer que o banco reverta as penalidades aplicadas às agências em função de um reprocessamento dos resultados de poupanças NSGD. “As unidades não podem ser penalizadas por esse reprocessamento”, disse a coordenadora da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt, em reunião de negociações ocorrida na quinta-feira (28). A Caixa vai analisar a demanda.

O banco precisou reprocessar os resultados devido a um erro no processamento. “Faltando três dias para o fechamento, o banco descobriu um erro no processamento do resultado das poupanças NSGD, de 40 dias atrás. Determinou o reprocessamento e isso fez com que várias agências e superintendências regionais perdessem até 10 pontos no ‘Conquiste’”, disse a coordenadora da CEE. “Estão transformando o ‘Conquiste’ em ‘Você que lute!’”. Tem muita gente sendo muito prejudicada por um erro do banco. Se o erro foi do banco, não deveria haver impactos nos resultados das unidades da rede. E é isso o que estamos reivindicando”, afirmou a coordenadora da CEE.

Falhas constantes

As falhas de sistemas têm se tornando constantes na Caixa. A representação dos empregados já fez diversas reivindicações para que haja investimentos na área de sistemas para que os erros e quedas de sistema não prejudiquem o trabalho e a avaliação de desempenho dos empregados.

“Precisamos de um sistema confiável de mensuração. Não é possível fazer planejamento com reprocessamento ocorrendo constantemente. Como foi o caso do prestamista no final de março, com reprocessamento no final do trimestre seguinte. Trabalhamos por dois meses com indicadores errados em negócios sustentáveis. Isso gera estresse, adoecimento e perdas, para os trabalhadores, para o banco e, principalmente, para a sociedade”, cobrou Fabiana.

Cobranças de metas

O prejuízo na avaliação de desempenho, gerado pelo erro do banco, é apenas mais um dos muitos que as empregadas e empregados da Caixa têm enfrentado na questão da gestão de resultados. “Desde o ano passado, a Convenção Coletiva de Trabalho

(CCT) dos bancários determina que o banco abra negociações com a CEE sobre o estabelecimento de metas e as formas de sua cobrança (cláusula 87). O banco não fez isso”, observou a coordenadora da CEE. “Pior que isso, no início do ano, o banco chegou a afirmar que o GDP (programa de Gestão de Desempenho de Pessoas) havia sido aposentado. Mas utiliza os mesmos métodos assediadores no ‘Minha Trajetória’ e no ‘Conquiste’. Na prática, houve apenas uma maquiagem para dizer que não há mais assédio na Caixa. Trocou-se o nome do programa, mas nada mudou”, criticou.

Segundo a CEE, pela CCT o acompanhamento e cobranças de metas tem que ser acompanhado pelo movimento sindical. Além disso, as metas têm que ser, no mínimo, semestrais para que os bancários possam fazer um bom planejamento para cumprir as demandas. “Fazer pressão mensal pelo cumprimento de metas é mais uma forma de assediar os empregados. E, se as metas forem batidas em menor tempo, eles aumentam as metas que eram semestrais. Aí, o colega que conseguiu ter bom desempenho em um mês, se não conseguir repetir no mês seguinte, como teve sua meta aumentada, não consegue cumprir e é penalizado por isso”, explicou a coordenadora da CEE. “O colega, que bateu a meta semestral antes do tempo, teve sua meta aumentada, não conseguiu obter o resultado depois do aumento da meta pode ser classificado com ‘baixo desempenho’? Não, né? Mas não é isso o que acontece na Caixa”, disse Fabiana.

Menos Metas, Mais Saúde

O problema da cobrança abusiva pelo cumprimento de metas afeta o setor bancário de forma generalizada e tem levado ao adoecimento da categoria. Para denunciar a distorção e cobrar soluções, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e sindicatos e federações, que fazem parte do Comando Nacional dos Bancários, realizam a campanha Menos Metas, Mais Saúde e agora, no mês de outubro vai realizar uma Pesquisa de Saúde do Trabalhador Bancário, em parceria com o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília, para compreender os modelos de gestão e as patologias do trabalho nos bancos.

CAIXA APRESENTA PROPOSTA

INDECENTE PARA OS EMPREGADOS

Em reunião da mesa permanente de negociações, banco impõe redução de jornada, salário dos tesoureiros de oito para seis horas e o pagamento do adicional de quebra de caixa apenas para aqueles que não recebem gratificação de função



Em rodada de negociação da mesa permanente, com a presença do vice-presidente de Pessoas, Sergio Mendonça, a Caixa Econômica Federal apresentou, na quinta-feira (28), à Comissão Executiva dos Empregados (CEE) do banco, uma proposta para retomar as designações de funções de caixa e tesoureiro, conforme desdobramento de reunião do Grupo de Trabalho (GT) que tratou do tema, realizada no dia 22 de setembro. Apesar de considerar um avanço o fato de a Caixa levar uma proposta para as reivindicações debatidas no âmbito do GT, a representação dos trabalhadores avalia que muitos pontos precisam melhorar.

Para retorno das designações efetivas de caixa e tesoureiro, o banco propôs negociação do adicional de quebra de caixa somente para aqueles que não recebiam gratificação da função. Previsto em normativo interno, o adicional de quebra de caixa foi extinto pelo banco, prejudicando milhares de empregados que lidam com numerários. A Caixa também ofereceu a possibilidade de acordos via CCV/CCP àqueles que não têm ação na justiça cobrando o pagamento da quebra de caixa.

Para os tesoureiros, em específico, a proposta do banco prevê migração automática da jornada de 8 horas para 6 horas, com redução proporcional salarial, além da possibilidade de acordos nas Comissões de Conciliação (CCV/CCP).

“Esta comissão não vai abrir mão de direitos dos colegas. Queremos avançar na questão das designações, entre outros pontos. Contudo, sem comprometer as ações judiciais, sejam elas individuais ou coletivas das entidades. Além disso não aceitamos migração compulsória da jornada de 8 horas para 6 horas dos tesoureiros. Já negamos em mesa essa migração automática. Afinal, há toda uma organização de vida pessoal baseada no salário”, afirmou a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, ao acrescentar que já foi reivindicado o pagamento do adicional de quebra de caixa também para os avaliadores de penhor.

Para a negociação avançar

A coordenadora da CEE disse que, “pra negociação avançar, além destes pontos de atenção já colocados, necessitamos de dados. Queremos saber quantos colegas tem função de caixa efetivo, assim como de tesoureiro; quantos estão designados por prazo; quantos exercem a atividade minuto; se em tempo integral, ou parcial”, disse. “Cobramos também que, caso a proposta avance, os colegas que exercem a atividade minuto, ou têm designação por prazo, sejam efetivados sem necessidade de PSI (Processo de Seleção Interna), até porque já fazem o trabalho. E de imediato já termos 500 designações”, informou.

A Caixa analisará as considerações gerais dos representantes dos trabalhadores e dará retorno na próxima reunião de negociação.

Demandas reforçadas

A CEE reforçou cobranças em relação a problemas que os empregados vêm enfrentando e a necessidade de mesas de negociação desses temas como: teletrabalho, Minha Trajetória, o estabelecimento e os procedimentos de cobrança de metas, entre outras demandas. “Precisamos tratar desses assuntos. E é urgente! Mesa de negociação existe pra isso: construir respostas que sejam boas para ambos os lados”, cobrou a coordenadora da CEE.